

# Conselho Deliberativo da APA Serra do Lajeado

Instituído pela Portaria nº. 530 de 29 de dezembro de 2011

Conforme a Lei nº 1560/2005

## ATA

### SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA APA SERRA DO LAJEADO BIÊNIO/2021-2023

Aos 12 dias do mês de março de 2021, às nove horas e vinte minutos, deu-se início, via aplicativo Meet, à segunda reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Área de Proteção Ambiental Serra do Lajeado, para apresentação do relatório técnico de revisão do Plano de Manejo da unidade, pelo Grupo de Trabalho (GT) responsável. A presidente Camilla iniciou a reunião dando boas-vindas, seguidas das orientações para a reunião. Em seguida, o conselheiro e membro do GT, Janner, iniciou a apresentação do relatório técnico contextualizando a necessidade de criação do documento, assim como o objetivo do GT: "auxiliar na apreciação do plano de manejo, com uma equipe multidisciplinar, incluindo moradores e produtores da região de abrangência da APA". O conselheiro também explicou as razões do atraso na conclusão do relatório, ocorridas devido à pandemia. Mencionou o objetivo principal do documento: evitar ou restringir atividades agressoras do meio ambiente, o que motivou a revisão do plano de manejo, de modo que o plano anterior não previa essas garantias. Conforme o conselheiro, "o grupo entendeu que devem ser incentivadas atividades menos agressoras, como fruticultura, apicultura, piscicultura e produção de hortaliças, com o objetivo de atender às populações da região. O GT também propõe que o Naturatins dê assistência aos proprietários inseridos na APA e que adote uma visão mais preservacionista, ao encontro do estabelecido nas normas de criação da APA". Mencionou, ainda, que a avaliação do plano de manejo ocorre em atendimento ao Sistema Estadual de Unidades de Conservação (Seuc) e que o plano de manejo tenha vigência permanente, sem prazo de validade, até que haja nova necessidade de alteração. Destacou a importância da sub-bacia do Ribeirão Taquaruçu: "responsável por cerca de 70% do abastecimento da água que é consumida em Palmas, de modo que todas as atividades inseridas na região impactam na qualidade da água que está sendo consumida. As lavouras de soja e milho afetam na qualidade hídrica, especialmente com o uso de agrotóxicos". Em seguida, apresentou os pontos trabalhados no GT, que serão submetidos a apreciação do conselho. O primeiro se refere a substituição do termo "agropecuária" inserido na visão do plano de manejo, por atividades voltadas ao uso sustentável. "A gente acredita que agricultura sustentável é um termo mais apropriado, pois abre possibilidade para que haja monoculturas". O segundo ponto se refere às áreas de uso consolidado, que se encontram

Presidência  
1º Vice  
2º Vice  
M. Gerente  
M. Técnico

*[Assinatura]*

Camilla  
Mantovani

*[Assinatura]*

## Conselho Deliberativo da APA Serra do Lajeado

Instituído pela Portaria nº. 530 de 29 de dezembro de 2011

Conforme a Lei nº 1.560/2005

bastante antropizadas, a fim de que nelas se adote sua recuperação, passando por um período de transição. "Sugerimos que haja um prazo aos produtores, de dois anos, para que se adequem, ou mesmo que a adequação ocorra com a renovação da licença". Acrescentou ainda que "a proposta do GT é de que também sejam proibidas atividades de mineração ou garimpo, com algumas exceções, como construção de estradas, pequenas represas ou açudes, sempre com autorização do órgão ambiental". Por fim, o conselheiro abordou a utilização de agrotóxicos. "O GT propõe não somente a proibição de agrotóxicos 1 e 2, mas de todas as classes, considerando seu potencial agressivo". Finalizou com a possibilidade de criação de um parque municipal, para ampliar o sistema de proteção, e acrescentou que a nota técnica elaborada pelo GT está em total sintonia com a lei de criação da APA. Em seguida, a presidente da Associação Água Doce, Noeli, sugeriu que sejam ouvidas as dúvidas dos conselheiros, ressaltando que o GT não propõe uma visão contemplativa da APA. "Queremos mudar o sistema de produção para outro eficaz, que tenha retorno, mas que seja congruente com os objetivos da APA, pela proximidade, inclusive, que ela tem com as outras cidades, e a possibilidade de se tornar um polo de produção de alimentos saudáveis para os municípios próximos". Adiante, a presidente Camilla sugeriu que o GT discorresse sobre as classificações dos agrotóxicos. A integrante do GT, Noeli, explica as classificações toxicológicas, acrescentando que os sistemas de produção já ajudarão no equilíbrio da produção. Por sua vez, a presidente Camilla destacou sobre as Doses Letais dos agrotóxicos e a ausência dessa classificação no relatório técnico, para melhor entendimento. Acrescentou, ainda, que a competência do Naturatins é de executar a política, licenciar atividades conforme o plano de manejo e fiscalizar a execução, não tendo o órgão atribuição de prestar assistência técnica aos produtores na transição das atividades. Mencionou, ainda, que o Decreto 538 trata de zona de amortecimento relacionada a Palmas, mas que nem o SNUC e nem o SEUC preveem zona de amortecimento para Áreas de Proteção Ambiental, ficando questionada a validade da zona de amortecimento da UC. Esclareceu ainda que a prefeitura de Palmas já informou que não há projeto de criação de Parque Municipal na região. Em seguida, o conselheiro Jobson ponderou sobre a substituição do termo agropecuária e convidou os participantes Marco Aurélio e José Carlos a abordarem sobre o termo "produção". O participante José Carlos mencionou que o entendimento do termo "agropecuária" não está necessariamente ligado a atividades que sejam insustentáveis. Acrescentou que "o simples veto ao termo não revela que serão realizadas atividades sustentáveis. O sistema de lavoura, pecuária e floresta são atividades agropecuárias, mas que podem e devem ser desenvolvidas dentro dos critérios de sustentabilidade." Em seguida, o participante Marco Aurélio acrescentou

*Jobson*

*Carateno  
M. Cardoso*

*Busta*

## Conselho Deliberativo da APA Serra do Lajeado

Instituído pela Portaria nº. 530 de 29 de dezembro de 2011

Conforme a Lei nº 1.560/2005

que "é preciso observar o fator humano. Todas as classes de produção estão dentro da APA. Nós, como órgãos públicos, não podemos tornar as produções da noite para o dia ilegais, inviabilizando o processo produtivo. As pessoas ali têm financiamentos, dependem da produção. Há a possibilidade da gente produzir, respeitando as premissas legais, e não colocando o produtor em uma condição penosa, que é transitória, até ele chegar ao que está sendo proposto. Vejo com muita preocupação. Sinto falta de outros agentes e órgãos do setor agropecuário. Precisamos ampliar a participação desses órgãos assim como os de controle, para que sejam atendidos não apenas processos transitórios para os produtores". Por sua vez, o participante José Carlos ponderou que o interesse público deve estar acima do interesse privado. "Se existe o risco de que o bem público precisa ser preservado, então toda e qualquer ação humana que coloque em risco a boa qualidade desse recurso natural deve ser evitada. Se há risco potencial, a atividade não deve ser autorizada dentro do plano de manejo." A presidente Camilla reforçou que a "Área de proteção Ambiental tem um zoneamento do qual há previsão de atividades agrícolas dentro da unidade. Não podemos ferir os direitos de propriedade". O conselheiro Janner destacou que a nota técnica não tem a intenção de inviabilizar as atividades agrícolas, desde que respeitados os critérios de sustentabilidade. "A intenção é mudar o conceito de que só agricultura de grande porte é rentável. No caso do prazo de transição é uma coisa que a população da área já deveria estar adotando há tempos. Os licenciamentos que estão sendo concedidos devem estar observando a questão ambiental". E acrescentou: "Temos o direito de propriedade, mas como outros mencionaram, o interesse público deve prevalecer, é o que tentamos colocar no documento". A integrante do GT, Noeli, destacou que o termo "agropecuária" dá margem a muitas interpretações. "Infelizmente o que se tem hoje é a interpretação da agricultura convencional. Sugiro, assim, que se retire o termo agropecuária, por essa dúbia interpretação, e seja substituído pelo "desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis, de caráter rural e urbano. Também não tivemos intenção a punição, mas de adequação gradativa. Penso que o Naturatins vai assumir um papel muito importante nesse processo. Queremos fazer uma transição serena, tranquila, assistida, que o foco seja preservação e produção, mas produção com outro propósito. Nós, de Taquaruçu Grande (TG), estamos empenhados em fazer essa transição. As pessoas aqui em TG estão interessadas em recuperar áreas degradadas e produzir alimentos saudáveis". Adiante, o conselheiro Ranyere concordou que o termo "agropecuária" está mais ligado ao manejo tradicional, sendo importante destacar no plano de manejo o viés sustentável. Rafael Massara, servidor do Ruraltins, observou que a sustentabilidade está acompanhada de pilares, como o social e econômico. O servidor argumentou que existem várias produções de soja e milho menos

11/12/2011

11/12/2011

11/12/2011

11/12/2011

*(Handwritten signature)*

lauro  
M. L. L.

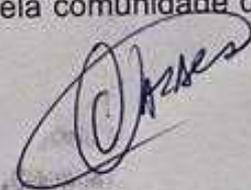
Renata

## Conselho Deliberativo da APA Serra do Lajeado

Instituído pela Portaria nº. 530 de 29 de dezembro de 2011

Conforme a Lei nº 1.560/2005

prejudiciais, com o uso de Manejo Integrado de Pragas. "Quando você tem em conta que uma área está usada adequadamente, gerando emprego e renda, estamos falando de sustentabilidade. Deve-se ter um controle de uso de agrotóxicos e no seu uso de aplicação, mas devemos pensar no pilar econômico e social". O servidor complementou sua fala mencionando a importância da presença do Crea e da Prosoja na construção do plano de manejo e se colocou à disposição para a construção do documento. A presidente Camilla elucidou que o plano de manejo está sendo construído desde 2017 e contextualizou sobre o processo de construção do documento aos presentes na reunião. Sobre a falta de representantes do agronegócio, informou que foi aberto e prorrogado duas vezes o edital de chamamento mas poucas instituições se manifestaram. Mencionou, ainda que na ocasião da criação do GT, também foi lançado edital e algumas pessoas do agronegócio se inscreveram, porém nunca compareceram às reuniões. A presidente acrescentou que o conselho está aberto à participação de toda a comunidade, incluindo o Ruraltins, e convidou a todos a se inteirarem dos documentos do conselho e participar, ainda que não votem. Em seguida, colocou os pontos questionados no relatório técnico para votação. Primeiro ponto: substituir o tempo "agropecuária" por "atividades econômico-produtivas sustentáveis, o que não teve objeção dos conselheiros. Segundo ponto: "integrar a subzona de uso agropecuário consolidado à subzona de uso sustentável. Adequação das atividades em até dois anos contados a partir da renovação da licença". A conselheira Lara sugeriu ampliação do prazo de adequação para 5 anos e foi argumentada pelo colega Rafael que propôs 7 anos. Wanderson solicitou que fosse mantido 5 anos, e todos os demais concordaram. Com isso, a partir da renovação da licença ambiental, a adequação da atividade deverá ocorrer em até 5 anos. Terceiro ponto: proibir a atividade de mineração ou garimpo em qualquer zona ou subzona da APA, ressalvada utilização para suporte e serviços específicos, proposta que também não recebeu objeção dos conselheiros. A presidente Camilla ressaltou que a extração de água mineral está prevista como exceção. Quarto ponto: proibir os agrotóxicos de todas as classificações I, II, III e IV na APA, tendo em vista que já são proibidos os de classificação I e II. A conselheira Lara pediu ressalva para utilização das classes III e IV, que a aplicação ocorra mediante acompanhamento técnico. Rafael, do Ruraltins, observou que podem ficar inviabilizadas várias produções com a proibição dos agrotóxicos. O participante Rafael observou que as sementes para plantio são tratadas com fungicidas e inseticidas e acrescentou que pequenos produtores utilizam meios de contaminação recorrentes, como o uso de barragens, além de lavarem a bomba costal em tanques, contaminando assim a água. A integrante do GT, Noeli, ponderou que a proposta de proibição se deu em razão de problemas já enfrentados pela comunidade de Taquaruçu



Lara  
Wanderson

Ruata

## Conselho Deliberativo da APA Serra do Lajeado

Instituído pela Portaria nº. 530 de 29 de dezembro de 2011

Conforme a Lei nº 1.560/2005

Grande, que resultou, inclusive, em uma Ação Civil Pública. A presidente Camilla sugeriu que o Ruraltins elabore e forneça ao conselho documento detalhado sobre o uso dos agrotóxicos, para dar suporte à decisão. O conselheiro Ranyere destacou sobre as atividades econômicas da APA, mas que é preciso tomar os cuidados de proteção hídrica. A presidente Camilla consultou os conselheiros sobre aprovar ou não a proposta. O conselheiro Janner sugeriu que a proposta fosse aprovada com a possibilidade de complementações. O participante Rafael sugeriu que caso mantida a proibição, que seja prevista a possibilidade de aplicação de agrotóxicos com acompanhamento e supervisão do Ruraltins. O conselheiro Wanderson ressaltou que se o monitoramento não for eficiente, a medida não funciona e há dificuldade do poder público em fazer esse monitoramento. Por fim, em votação, quatro instituições concordaram em manter a proposta sobre os agrotóxicos conforme a nota técnica e quatro optaram para que o Ruraltins elabore documento detalhando suas alegações em relação ao uso de agrotóxicos. Duas instituições estavam ausentes no momento da votação. A presidente Camilla, em desempate, votou pela entrega do documento do Ruraltins. Assim, ficou definido o dia 18 de março para entrega do documento pelo Ruraltins, juntamente com vídeo e apresentação em Power Point, para apreciação dos conselheiros, sendo a proposta submetida a votação no dia 23 de março, em reunião extraordinária. Ficou ainda definida a data do dia 02 de abril para a aprovação do novo plano de manejo. Em seguida, a presidente Camilla apresentou os demais pontos apresentados no relatório para votação: retirar a validade do plano de manejo e estabelecer que as mudanças no texto aconteçam sempre que necessário desde que validadas pelo Conselho; excluir da proposta o parque municipal em Lajeado; realizar consulta jurídica em relação à validade da zona de amortecimento. Não houve objeção por parte conselheiros em nenhum dos pontos colocados, ficando assim encerrada a reunião, às 12 horas e 40 minutos.

Lara Neiva de Siqueira

Murilo Vinício Linder

Denata de Karra da Silva Araújo

Janner Augusto Noleto Mondadori

Fernando Osório Kibeiro Nunes

Lajeado, 12 de março de 2021.



Renata

Browser tabs: (5) WhatsApp, Meet: reunião, meet.google.com/jwlpjzhpj, Portal do Servidor - P..., SIGA - SIMAT, Naturalis, Naturalis, Naturalis, Portal do Servidor - P..., EMAIL - Institucional, Índice de referências, Impact of legislation on reproductive, Afta em Prévios e Bem, Acadia Empresa de Informática, Faltados

Meeting interface:
 

- Participants: 21
- Chat:
  - noel wiana stumm 10:04: Nas recomendações finais penso que esclareça essa competência
  - Marina Seco 10:13: pessoal, tenho óms outras reunião agora e tem que sair
  - Renata Acácio 10:13: o áudio está ruim, contando
  - Marco Aurélio Vaz 10:14: Melhorou o áudio
- Send message again (para todos)
- Apresentar agora
- Entrar Lutar
- 10:19 12/02/2021

Meeting grid showing participants:

- Você
- Elaine Christi...
- Marco Aurel...
- Jamne...
- July C. da Co...
- Ruana Batista
- Carolina...
- Jacqueline P...
- Ranyere do N...
- Rose FERREI...
- MARIA ELZA ...
- Renata Acácio
- Tales Gonçal...
- Wanderson L...
- Lautovina P...
- Marcos Vinici...
- Jobson Sousa
- Lara Neiva
- Meio Ambien...
- Renata Acácio
- José Carlos

Meeting controls:
 

- Microphone icon (muted)
- Phone icon
- Screen share icon

Detalhes da reunião

Inicio

Meeting toolbar:
 

- Inicio
- Microphone icon
- Phone icon
- Screen share icon
- Camera icon
- Close icon

*Handwritten signature*

Lara Neiva  
Mauricio

